ISSN: 2358-8829

UMILIBRAS – ENSINO DE LIBRAS COMO L2 PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE UMIRIM-CE

Raimundo Evandro Duarte Filho [1]
Aristides Daniel de Aguiar [2]
Marilene Calderaro da Silva Munguba [3]

RESUMO

O ensino de Libras como segunda língua a profissionais ouvintes pode contribuir para a preparação das redes educacionais para acolher estudantes surdos. Este artigo analisa a implementação do subprojeto "AEE em Libras", integrante do Projeto Umilibras, em Umirim/CE, entre março e outubro de 2026. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, baseado na sistematização reflexiva da narrativa do professor responsável, em diálogo com referenciais teóricos e normativos. A ação contemplou aproximadamente 32 profissionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE) de São Joaquim e de salas de recursos multifuncionais de escolas rurais. As tutorias, organizadas em encontros de 50 minutos e grupos com horários flexíveis, articularam os eixos "Língua" e "Cultura Surda". A análise abordou a organização e a continuidade da formação, a relação entre língua e cultura, a participação de um professor surdocego e as ações do Setembro Surdo. Destacaram-se o envolvimento de diferentes setores institucionais e a produção compartilhada de referências linguísticas locais. A indisponibilidade de transporte e os conflitos de calendário prejudicaram a regularidade de parte dos encontros. Os resultados se referem à implementação e à mobilização institucional, sem mensuração de proficiência. Conclui-se que a preparação para futuras matrículas requer continuidade formativa, participação de profissionais surdos e surdocegos e condições institucionais de articulação entre AEE e educação bilíngue de surdos.

Palavras-chave: Libras como Segunda Língua; Formação Continuada; Atendimento Educacional Especializado; Cultura Surda; Umilibras.

INTRODUÇÃO

A formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) de profissionais ouvintes da educação envolve questões linguísticas, pedagógicas e institucionais. Em redes que ainda não registram matrículas de estudantes surdos, pode antecipar a preparação das equipes e ampliar as possibilidades de comunicação nos serviços educacionais. Este artigo parte da

[1] Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Educação Especial pela Faculdade Focus; graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduando em Produção Multimídia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA); professor de Libras da SME de Umirim/CE. E-mail: evandroduartefilho@gmail.com;

[2] Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN); graduado em Letras-Libras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: ariseducacao@gmail.com;

[3] Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); mestre em Educação Especial pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); professora do Departamento de Letras-Libras e Estudos Surdos da UFC. E-mail: marilenemunguba@delles.ufc.br.

ISSN: 2358-8829

seguinte questão: como organizar e sustentar uma formação em Libras no cotidiano de trabalho, articulando a aprendizagem da língua à participação de profissionais surdos e surdocegos e às futuras demandas de escolarização?

A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão e prevê apoio institucional ao seu uso e difusão (Brasil, 2002). A Lei nº 14.191/2021, por sua vez, acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional disposições sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, com Libras como primeira língua e português escrito como segunda língua (Brasil, 2021). Esses marcos situam a formação de ouvintes como parte da preparação institucional para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

Em Umirim/CE, o Projeto Umilibras reúne os subprojetos "AEE em Libras", voltado à formação de profissionais vinculados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) e aos serviços institucionais de apoio, e "Libras nas Escolas", destinado à introdução da Libras no contexto escolar. Ambos se articulam em atividades culturais e de divulgação. Segundo as informações institucionais relatadas pelo professor responsável, a rede municipal não contava com matrículas de estudantes surdos no período analisado, o que conferiu caráter preparatório à ação.

O objetivo deste artigo é analisar a implementação do "AEE em Libras", considerando a organização das tutorias, as condições de participação e seus desdobramentos culturais. A discussão relaciona a formação dos profissionais do AEE à Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (PNEBS) e aos desafios de continuidade de uma ação ainda em curso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E NORMATIVA

➢ Libras como L2 e formação cultural dos profissionais

No subprojeto, a designação L2 refere-se à aprendizagem de Libras pelos profissionais ouvintes, distinta do português escrito como L2 na educação bilíngue de surdos. As tutorias têm caráter introdutório nos eixos "Língua" e "Cultura Surda" e buscam ampliar os conhecimentos necessários ao reconhecimento das especificidades linguísticas dos futuros interlocutores. Gesser (2009), ao problematizar crenças que reduzem a Libras a gestos ou mímica, contribui para compreender seu ensino como aprendizagem de uma língua, cuja organização não se confunde com a reprodução do português por sinais.

ISSN: 2358-8829

Wilcox e Wilcox (2005) abordam o ensino da língua de sinais americana como segunda língua em suas dimensões pedagógica, histórica, linguística e cultural. A obra oferece uma referência conceitual para pensar a aprendizagem de línguas de sinais por ouvintes em relação com as comunidades que as utilizam, resguardadas as particularidades da Libras e do contexto brasileiro.

Strobel (2018) discute as experiências visuais e as construções culturais dos sujeitos surdos, relacionando língua, identidade e vida coletiva. Nessa perspectiva, a participação de profissionais surdos e surdocegos na formação aproxima os ouvintes de práticas linguísticas contextualizadas e permite reconhecer esses profissionais como docentes e produtores de conhecimentos.

Perlin (2008) discute a atuação do intérprete em relação à cultura, à identidade e à complexidade da tradução entre línguas. Essa perspectiva permite compreender a interpretação como mediação linguística e cultural que deve preservar o protagonismo do docente responsável pela atividade.

Recepção, gestão, organização administrativa e atividades de apoio também integram o percurso de atendimento institucional. A formação desses trabalhadores em Libras pode favorecer o acolhimento linguístico em diferentes espaços do serviço, sem substituir a atuação de profissionais especializados.

➢ **AEE e educação bilíngue de surdos**

A Lei nº 14.191/2021 prevê, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o AEE bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos (Brasil, 2021). A preparação das professoras de AEE deve, portanto, considerar a relação entre os serviços de apoio, o currículo e o ensino em Libras, sem reduzir a escolarização ao atendimento especializado.

A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI) e sua rede nacional foram instituídas pelo Decreto nº 12.686/2025, alterado pelo Decreto nº 12.773/2025. Esses atos tratam de acessibilidade, participação, apoio educacional e formação profissional. A Portaria MEC nº 421/2026 dispõe sobre a política e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, incluindo sua organização formativa (Brasil, 2025a, 2025b, 2026a). Tais normas contextualizam a preparação das equipes, sem conferir ao subprojeto o caráter de programa federal ou de formação habilitante.

ISSN: 2358-8829

A Portaria MEC nº 588/2026 institui a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos (PNEBS) e destaca as especificidades linguísticas, culturais e identitárias, a participação das comunidades surdas e a formação de profissionais (Brasil, 2026b). Publicada em julho, após o início das tutorias, a política oferece referências para analisar e aprofundar a ação em andamento.

No âmbito local, a Lei Municipal nº 593, de 7 de abril de 2022, dispõe sobre a criação e implementação do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) na Secretaria Municipal de Educação de Umirim (Umirim, 2022). O centro sediou parte das tutorias e constituiu o ponto de articulação da formação com o distrito de São Joaquim e as escolas rurais.

METODOLOGIA

Este relato de experiência, de abordagem qualitativa, examina a implementação do subprojeto "AEE em Libras". A perspectiva qualitativa permite compreender processos e significados situados nas relações sociais (Minayo, 2016). A sistematização articula a descrição da atuação profissional à reflexão teórica e documental, com explicitação do objeto e dos procedimentos de análise, conforme orienta Severino (2016).

O recorte compreende março a outubro de 2026, com destaque para as atividades de setembro e continuidade prevista até dezembro. O planejamento inicial estabelecia 120 horas para o conjunto das atividades do subprojeto, sem equivalência necessária com a carga horária individual. Os dados disponíveis sobre os encontros de 50 minutos e suas interrupções não permitem determinar a carga horária efetivamente cumprida por participante nem a execução integral do total previsto.

A formação contemplou aproximadamente 32 profissionais do CAEE, do NAEE de São Joaquim e de salas de recursos multifuncionais (SRM) de escolas rurais, incluindo cinco professoras dessas salas. Participaram recepcionistas, auxiliares administrativos, coordenadoras, diretoras, professoras de AEE, psicopedagoga, neuropsicopedagogo, assistente social, auxiliar de serviços gerais e porteiro. Esse quantitativo não representa concluintes certificados. O foco pedagógico principal recaiu sobre as professoras de AEE e sua compreensão do atendimento de estudantes surdos na perspectiva bilíngue.

A base empírica consiste na narrativa do professor de Libras responsável, que descreve a organização e a regularidade das tutorias, as dificuldades de deslocamento e as ações culturais. As publicações no Instagram são consideradas registros de

ISSN: 2358-8829

documentação e divulgação, sem constituírem corpus de análise ou indicadores de aprendizagem.

A narrativa foi sistematizada em quatro núcleos de discussão: organização e continuidade das tutorias; articulação entre língua e cultura; participação do professor surdocego; e circulação pública da Libras no Setembro Surdo. Esses núcleos orientaram o diálogo com os referenciais teóricos e normativos.

Por atuar como participante e narrador, o professor buscou distinguir os acontecimentos relatados de suas interpretações e propostas de continuidade. Não foram realizadas entrevistas, aplicados questionários ou utilizados instrumentos de mensuração da proficiência. A análise se concentra, assim, nas estratégias de implementação, nas dificuldades de execução e nos desdobramentos institucionais da experiência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

➢ Organização flexível das tutorias no cotidiano de trabalho

As tutorias começaram em março de 2026, com previsão de encontros semanais de 50 minutos. No CAEE, o professor de Libras mapeou os horários dos profissionais e organizou pequenos grupos, incluindo trios, distribuídos ao longo da semana. Essa organização buscou compatibilizar a formação com a manutenção dos serviços.



Tutorias no CAEE e no NAEE. Fonte: elaboração própria (2026).

A composição dos grupos reuniu demandas de comunicação no acolhimento e de planejamento e mediação pedagógica. Essa diversidade indicou a necessidade de adequar os objetivos às funções exercidas, mantendo a prioridade formativa das professoras de AEE.

ISSN: 2358-8829

No NAEE de São Joaquim, as tutorias ocorreram às quartas-feiras pela manhã, com interrupções decorrentes da indisponibilidade de transporte para o professor. Para as cinco professoras das SRM rurais, os encontros foram organizados às sextas-feiras pela manhã, inicialmente em grupos separados e, depois, em turma única. Conflitos de horários, eventos e feriados também comprometeram sua regularidade.

As interrupções mostram que a flexibilidade dos horários precisa ser acompanhada de transporte e tempo institucionalmente assegurados. Como encaminhamentos, propõem-se um calendário pactuado com as gestões, estratégias de reposição e registros que distingam as horas oferecidas das efetivamente frequentadas por cada profissional.

➢ **Articulação entre Língua e Cultura Surda**

A proposta articulou os eixos "Língua", voltado ao desenvolvimento linguístico em Libras, e "Cultura Surda", dedicado às dimensões históricas, sociais e identitárias. O planejamento contemplou sala de aula invertida, análises fílmicas, gravações e palestras com convidados surdos. A narrativa documenta as tutorias, a participação do professor surdocego e as ações do Setembro Surdo, mas não permite determinar em que medida as demais estratégias foram executadas.

O contato com o docente surdocego e com produções em Libras aproximou a aprendizagem de práticas sociais, em consonância com a discussão de Gesser (2009) sobre crenças e preconceitos em torno da língua. A tradução do hino de Umirim e a criação e apresentação de sinais de escolas e de integrantes da gestão municipal relacionaram os conteúdos da formação a referências locais.

➢ **Participação do professor surdocego e mediação linguística**

Durante uma semana, um professor surdocego, parceiro do Umilibras, conduziu tutorias remotas pelo *Google Meet,* com interpretação simultânea do professor de Libras do CAEE. Nesse período, criou sinais pessoais para algumas professoras, em uma atividade denominada "batismo". Sua atuação como formador se estendeu, posteriormente, a ações presenciais e à validação da tradução do hino municipal, permitindo aos participantes reconhecer a docência e a autoria surdocega em diferentes atividades.

À luz de Perlin (2008), a interpretação sustentou a mediação linguística e cultural entre o convidado e as participantes. O formato remoto possibilitou a interlocução sem

ISSN: 2358-8829

deslocamento e integrou a proposta formativa, sem finalidade de reposição das tutorias interrompidas.

➢ **Setembro Surdo e circulação da Libras no município**

As ações do Setembro Surdo aproximaram os subprojetos do Umilibras por meio de atividades escolares e da circulação pública da Libras. Em 7 de setembro, o professor de Libras liderou, no desfile cívico municipal, um grupo de estudantes da EEFTI Raimundo Alves da Silva vinculado ao “Libras nas Escolas”. Embora destinadas a públicos mais amplos, essas ações integram o relato por sua articulação com a formação dos profissionais.



Desfile cívico - 7 de setembro. Fonte: elaboração própria (2026).

Ainda em setembro de 2026, o professor de Libras e o professor surdocego realizaram rodas de conversa na EEFTI Raimundo Alves da Silva e na EEF Mocinha Gomes. Também ocorreu uma palestra no auditório da Secretaria Municipal de Educação (SME), para a qual foram convidados a comunidade do IFCE Campus Umirim, profissionais de Tururu, uma pessoa surda de Itapipoca, gestores das duas escolas e moradores com contato com a Libras. O relato não confirma a presença de todos os convidados.

ISSN: 2358-8829



Rodas de conversa nas escolas[4]. Fonte: elaboração própria (2026).

Na palestra, foi apresentada a tradução do hino de Umirim para Libras, realizada pelo professor municipal e por um tradutor-intérprete de uma escola estadual de Mucambo, com validação do professor surdocego. O relato registra essa colaboração, mas não detalha os procedimentos de validação. Também foram apresentados sinais de gestores e de escolas do município. A elaboração dos sinais das escolas contou com a participação da diretora do CAEE, do professor de Libras e do professor surdocego.



Palestra no Auditório da SME/Umirim. Fonte: elaboração própria (2026).

A divulgação das tutorias e dos eventos no Instagram reuniu registros da iniciativa e contribuiu para sua memória pública.

➢ **Preparação institucional e limites dos resultados**

Os resultados documentados dizem respeito à organização das tutorias, à mobilização de diferentes setores e à realização de ações culturais. A ausência de registros sistemáticos de frequência e de instrumentos de avaliação impede comparar trajetórias de participação ou afirmar ganhos de proficiência. Como não havia matrículas de estudantes surdos na rede municipal no período, os efeitos sobre o atendimento escolar dependerão

[4]1. Roda de conversa turno da tarde (Raimundo Alves); 2. Roda de conversa no turno da manhã (Raimundo Alves); 3. Roda de conversa turno único - manhã (Mocinha gomes).

de acompanhamento futuro. Essa ausência de matrículas não permite concluir que inexistam pessoas surdas ou demandas ainda não identificadas no território.

A aproximação com a PNEBS ocorre pela valorização da formação e da participação surda, sem evidências de adesão formal ou de implementação integral da política (Brasil, 2026b). Para aprofundar a iniciativa, propõe-se diferenciar os percursos formativos: apoio bilíngue para as professoras de AEE e práticas comunicacionais vinculadas às atribuições dos demais trabalhadores. O acompanhamento poderá reunir registros de presença, interações e produções em Libras, considerando o uso da língua em situações contextualizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do "AEE em Libras" permitiu inserir uma formação introdutória no cotidiano dos profissionais da educação especial de Umirim. A organização em pequenos grupos tornou possível conciliar os encontros com as rotinas de trabalho, mas as interrupções mostraram que sua continuidade depende de condições institucionais de transporte e disponibilidade de horários.

A participação do professor surdocego e as atividades do Setembro Surdo vincularam a aprendizagem da língua à interlocução com um docente e à produção cultural local. A experiência oferece subsídios para o planejamento da formação das equipes, respeitados os limites dos dados sobre aprendizagem e atendimento escolar. Sua continuidade demanda aprofundamento dos conteúdos, acompanhamento dos participantes e colaboração permanente de profissionais surdos e surdocegos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12773.htm. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva – Reneei, de que tratam o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Brasília, DF: MEC, 2026a. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240. Acesso em: 28 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 588, de 2 de julho de 2026**. Institui a Política Nacional de Educação Bilíngue de Surdos – PNEBS. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra C, Brasília, DF, n. 123-C, p. 1, 3 jul. 2026b. Disponível em: https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/13282. Acesso em: 28 out. 2026.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

PERLIN, Gladis. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais (ILS). **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 136–147, 2008. DOI: https://doi.org/10.20396/etd.v7i2.798.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

UMIRIM (CE). **Lei Municipal nº 593, de 7 de abril de 2022**. Dispõe sobre a criação e implementação do CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Umirim-Ceará, e dá outras providências. Umirim: Prefeitura Municipal, 2022. Disponível em: https://umirim.ce.gov.br/publicacoes/leis/visualizar/4919. Acesso em: 28 out. 2026.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perrin. **Aprender a ver**: o ensino da língua de sinais americana como segunda língua. Tradução de Tarcísio de Arantes Leite. Petrópolis: Arara Azul, 2005.